

## **CIMS S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Em 30 de setembro de 2019

(Em reais)

### **1. Contexto operacional**

A CIMS S.A. ("Companhia") tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1994 para exercer as atividades de investimento em outras companhias, em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízos acumulados e prejuízos recorrentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e, caso seja necessário, obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

### **2. Apresentação das informações trimestrais**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 08 de novembro de 2019.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

### **2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

### **2.4. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente**

Não houve alterações significativas, para essas informações contábeis intermediárias, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

### **2.5. Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

## **3. Resumo das principais políticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

### **c) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Passivos financeiros também são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações trimestrais. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

f) Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

g) Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos dilutivos a serem considerados em 30 de setembro de 2019.

h) Passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) *Passivos contingentes*

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa.

A Companhia não possui quaisquer processos judiciais ou administrativos que tenham sido ajuizados no trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

(ii) *Obrigações legais*

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

i) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Banco	1	1
Aplicação financeira (a)	77.765	9.432
	<b>77.766</b>	<b>9.433</b>

- (a) As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (CDB) emitidos por instituição financeira de primeira linha e classificados como para negociação. A composição está representada por:

#### Certificado de depósito bancário

Remuneração	Data de Vencimento	Valor de Custo	Nível
96,75% CDI	21/01/2021	77.765	1
		<b>77.765</b>	

#### 5. Tributos a recuperar

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras, ocorrido entre 2015 a 30 de setembro de 2019. Para os créditos até 2017 foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

## 6. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social está representado por 30.952.688 ações, sendo 10.317.616 ordinárias e 20.635.072 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório, na forma do Art. 17, da Lei 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 31 de janeiro de 2019, foi realizado um aumento de capital no montante de R\$ 200.000, mediante a emissão de 3.309.605 novas ações ordinárias e de 6.619.210 novas ações preferenciais, ao preço unitário de R\$ 0,02 por ação.

### b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos acumulados, não foram deliberados dividendos no período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019.

### c) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

	30/09/2019	30/09/2018
ON	10.317.616	7.008.011
PN	20.635.072	14.015.862
Quantidade de ações	30.952.688	21.023.873

Memória de cálculo do resultado por ação:

Trimestre findo em	Prejuízo do período	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
30/09/2019	(133.207)	7.416.721	(0,01)
Trimestre findo em	Prejuízo do período	Média ponderada de	Prejuízo por ação

	ações ordinárias		
30/09/2018	(129.883)	7.008.011	(0,01)

## 7. Resultado financeiro líquido

	30/09/2019	30/09/2018
<b>Despesa financeira</b>		
Despesas bancárias	(486)	(433)
	<b>(486)</b>	<b>(433)</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita aplicação financeira	4.638	3.929
Receita de atualização de impostos	233	262
	<b>4.871</b>	<b>4.191</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>4.385</b>	<b>3.758</b>

## 8. Despesas administrativas

	30/09/2019	30/09/2018
Serviços de publicidade	(19.506)	(20.850)
Serviços de contabilidade	(40.979)	(40.393)
Serviços de assessoria e consultoria	(1.400)	-
Outros serviços prestados PJ	(8.663)	(8.270)
Serviços de auditoria	(11.137)	(10.730)
Anuidade BM&F Bovespa	(40.115)	(38.333)
Taxa de fiscalização CVM	(14.279)	(14.279)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.232)	(591)
Impostos e taxas diversos	(281)	(195)
	<b>(137.592)</b>	<b>(133.641)</b>

## 9. Estrutura de gerenciamento de riscos

### Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

### Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

### Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

### Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

### Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanta a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

	<b>Taxa efetiva estimada para 2019</b>
<b>CDI</b>	<b>4,75%</b>

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

<b>Operação</b>	<b>Fator de risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I - deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II - deterioração de 50%</b>
<b>Ativos</b>				
Indexador	CDI	4,75%	3,56%	2,38%
<b>Aplicações financeiras</b>				
R\$ 77.765 - 30/09/2019 (Nota 4)	-	3.694	2.770	1.847

\*           \*           \*